

A NOTÍCIA

COPIA E COLA

MP de Bolsonaro sobre combustíveis é inspirada em projeto de JHC



CPI DA COVID

Alagoano diz que presidente poderá estar entre os indiciados

Renan Calheiros estuda indiciamento de Jair Bolsonaro por curandeirismo



ATRÁS DAS GRADES

O ex-deputado foi preso no âmbito da investigação sobre suposta organização criminosa

PF prende ex-deputado Roberto Jefferson, um dos aliados do presidente Bolsonaro

POLÊMICA

O ex-presidente da Câmara disse ainda que não vai ser fácil aprovar a PEC

'PEC dos Precatórios iguala calote de Bolsonaro ao de Collor', diz Maia

BRASÍLIA

Presidente da Câmara pode ter dado tiro no pé ao dar sobrevida à questão do voto impresso

Lira é pressionado após Bolsonaro descumprir acordo diante de derrota

BRIGA POR DINHEIRO

Caso já foi denunciado à OAB e ao MPF; Jane encontra-se no Hospital Ulysses

Irmãos internam Jane Cigana à força após recebimento de herança



Empresa que mal começou a operar já foi notificada pela Prefeitura

POLUIÇÃO

BRK é autuada por transformar avenidas em "mar de esgoto"



APROVADO 1

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quinta-feira (12) o Projeto de Lei 2522/15, do Senado, que permite aos partidos políticos se unirem em uma federação a fim de atuarem como uma só legenda nas eleições e na legislatura. A matéria será enviada à sanção presidencial. Segundo o projeto, perderá o mandato o detentor de cargo eletivo que se desfiliou, sem justa causa, de partido que integra uma federação. Atualmente, a Lei 9.096/95 considera como justa causa o desligamento feito por mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário; grave discriminação política pessoal; e durante o período de 30 dias que antecede o prazo de filiação exigido em lei para concorrer à eleição (seis meses antes do pleito).

APROVADO 2

Os partidos participantes devem permanecer na federação por um mínimo de quatro anos. Aquele que descumprir a regra não poderá utilizar o Fundo Partidário até o fim do prazo, além de não poder participar de coligações nas duas eleições seguintes. Como o projeto é de 2015, previa ainda a penalidade de não utilização do tempo de propaganda partidária no semestre seguinte, mas a Lei 13.487/17 revogou esse tipo de propaganda, restando apenas a eleitoral. Para a federação continuar em funcionamento até a eleição seguinte, devem permanecer nela dois ou mais partidos. Serão aplicadas à federação de partidos todas as normas sobre as atividades dos partidos políticos nas eleições.

FAKE

É falso que um vídeo mostre a filha do senador Renan Calheiros (MDB-AL) em uma festa a bordo de aeronave da Força Aérea Brasileira (FAB). O avião que aparece não imagens não pertence à FAB. Além disso, nenhum dos filhos do político alagoano aparece nas filmagens. Leitores solicitaram a checagem deste conteúdo pelo WhatsApp do Estadão Verifica, 11 97683-7490. Trata-se de um boato antigo que voltou a circular em meio à repercussão da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid, da qual Calheiros é relator. O vídeo compartilhado mostra jovens embarcando em uma aeronave e, na sequência, apresenta imagens dos passageiros no interior do avião. No início da gravação, uma voz afirma "Bora para Bahia". As legendas de postagens falsas no Facebook e no Twitter atribuem o vídeo a uma viagem da filha de Renan Calheiros "à praia no avião da FAB".

VACINAÇÃO

O servidor público municipal que se negar a tomar a vacina contra a Covid-19 deve ser punido por quase 20%, ou 235 Municípios. É o que revela a 21ª edição da pesquisa semanal realizada pela Confederação Nacional de Municípios (CNM). Desses, 52,8% afirmaram que a punição será instauração de processo administrativo disciplinar. Pelo levantamento, realizado de 9 a 12 de agosto, 75,8% dos gestores, dos 1.269 que responderam a essa questão, não devem obrigar os servidores a se vacinar. A pesquisa desta semana ouviu, no total, 2.383 dos 5.568 Entes locais e identificou que a vacinação está avançando cada vez mais e cerca de 37% das administrações públicas já vacinam jovens de 18 a 24 anos.

COLLOR

O senador e ex-presidente da República Fernando Collor de Mello (PROS-AL) levou ao ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, junto a uma série de solicitações para investimentos em municípios alagoanos, um apelo para que o governo de Jair Bolsonaro atue, imediatamente, para suspender o leilão de bens de milhares de produtores rurais que, endividados, estão tendo as conquistas de toda a vida executadas para pagar dívidas. Collor se reuniu com Nogueira nessa quinta-feira (12).

Um recado!



EDITORIAL

Recentemente, a vereadora Teca Nelma usou os holofotes para se promover dizendo que tinha sido ameaçada pelo colega de plenário Fábio Costa. Fez disso discurso político e ganhou a mídia momentaneamente explorando a situação. Em vez de honrar discursos que fez em campanha, a parlamentar prefere viver de polêmicas e de fotos em rede social.

Usa e abusa de publicações com animais dizendo que é ativista pelos pets abandonados. As postagens podem gerar curtidas e likes, mas fica só nisso. Já na realidade, o castramóvel, de Maceió, está parado e virando sucata. E cadê a vereadora para cobrar da Prefeitura uma posição a respeito?

Diferentemente da sua mãe, a deputada estadual Tereza Nelma, Teca Nelma tem muito que aprender. Ser político jovem não significa viver de status nas redes sociais. É necessário engrossar o discurso e fazer valer os votos que ganhou dos eleitores.

ANIMAIS PROTESTAM CONTRA MAUS-TRATOS



É inacreditável que a vereadora só faça pose com animais de rua. Nas eleições, ela dizia ser protetora e defensora do bem estar animal. O que ela fez até o momento de relevância para

esses animais? É hora de arregalar as mangas e trabalhar por Maceió. Está na hora de se desconectar das redes sociais. É o que todos os donos de abrigos de animais esperam.



LAURENTINO VEIGA

ARTIGO

Essências...

Ruth Freitas de Assis Nunes, pedagoga devotada, escritora consagrada no seu tempo, no Campus Tamandaré da UFAL, ensinou-me Sociologia com a maestria que lhe peculiar. No meu raquitismo cultural absolvi sua sapiência e, seus ensinamentos mudaram a direção da minha vida.

De repente, chega-me às mãos seu 3º livro intitulado Essências, 389 páginas recheadas de temáticas sempre atuais, dentre as quais: Serenata de Franz Schubert – A Presença, Eu sou a vida, Deus é espetacular, Vem ao meu encontro, WhatsApp, O agora e a beleza, Animação Diária, Satisfação do Viver, O dia de hoje, O amor se revela, Afetividades, O Cosmo, Milagres ambulantes, Amor Eterno, Viagens, O sabor e o bem, Facilidades e Dificuldades, Fé na Decência Humana, A Natureza, Amor à Vida, A Lua, Noite de Estrelas.

A partir da página 295, a autora enfatiza Humanismo e Leonismo, Leonismo e Entusiasmo, Recomeços Leonísticos, Leonismo e Desenvolvimento Humano, Leonismo e Poesia, Leonismo e Alegria, Leonismo e Vida, Leonismo de Bondade, Leonismo e serviços, Leonismo e Amabilidades, Nobreza e Leonismo, Leonismo e Mundo, Espiritualidade e Leonismo, Qualidades Essenciais e Leonismo, As viagens no Leonismo, A Luz Doura do Leonismo, Misticismo e Leonismo, Voluntariado E Leonismo, Pessoas e Leonismo, Compaixões e Leonismo, Luminosidade no Leonismo, Tranquilidade no Leonismo, Expressão no Leonismo, Felicidade no Leonismo, Natureza e Leonismo, Famílias e Leonismo, No olhar, a Força do Leonismo, A Bondade Importa, Unidos na Bondade e na diversidade, Leo-

nismo e Existência, Leonismo e Futuro, Leonismo e Amor, Leonismo – um gigante da bondade...

Rutinha, sua filha Especial, vez por outra, as vejo de mãos dadas contemplando o mar da Ponta Verde. Papo agradável e, ao mesmo tempo, admiro-a nas suas múltiplas atividades profissionais. Pergunto logo: como vai Dr. Paulo? Casal que trouxe à luz uma criatura que veio abrilhantar o lar de dois corpos e um só espírito. Ele, médico veterinário, com relevantes serviços prestados à coletividade alagoana. Ela, Artística Plástica - que pinta seus quadros com a tinta da alegria e sabedoria. Ilustre filha de Palmeira dos Índios, Terra do escritor Dr. Ivan Barros. Felicito você Ruth, pelas andanças no Velho Mundo trazendo exemplos de vida decente e, por conseguinte, servindo para deslanchar nas suas Essências...

EXPEDIENTE

Wellington Sena
Diretor Geral
artsenna10@gmail.com

Lourdes Lucena
Diretora Administrativa
lourdeslucenasantos@gmail.com

Fernando Oliveira
Editor Geral
art_sena@hotmail.com



WWW.ANOTICIAALAGOAS.COM.BR

O jornal A Notícia é uma publicação semanal - Endereço para correspondência:
Av. Menino Marcelo, nº 140, Condomínio Park Shopping, Bloco 01,
Apto 101, Cidade Universitária, Maceió-AL - CEP 57073-470
CNPJ: 27.649.153/0001-10 Fone: (82) 99907-9975

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião deste jornal.



11 DE AGOSTO DIA DA ADVOCACIA

DEFENDEMOS A REPRESENTATIVIDADE:

A OAB ALAGOAS APOIOU A PAUTA DA PARIDADE DE GÊNERO NO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL.

ATUOU JUNTO AOS DEPUTADOS FEDERAIS PELA APROVAÇÃO DA LEI QUE TORNOU CRIME A VIOLAÇÃO DAS PRERROGATIVAS.

EM DEFESA DAS PRERROGATIVAS

A OAB ALAGOAS CONTRIBUIU DIRETAMENTE NA CRIAÇÃO DAS NOVAS REGRAS PARA A ADVOCACIA

QUASE 30% DAS PROPOSIÇÕES APROVADAS DAS NOVAS REGRAS DA PUBLICIDADE FORAM PROPOSTAS PELA OAB ALAGOAS.

CRIAÇÃO DO VIA OAB/ QUE AGILIZOU A LIBERAÇÃO DE R\$ 120 MILHÕES EM ALVARÁS, RPVS E CRÉDITOS PARA A ADVOCACIA JUNTO A TRIBUNAIS E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.

EM TEMPOS DE DISTANCIAMENTO A OAB-AL ESTÁ CADA VEZ MAIS PERTO

MAIS DE 150 CURSOS E WEBINARS COM MAIS DE 30 MIL EXPECTADORES

DURANTE A PANDEMIA A ESA SE REINVENTOU E REALIZOU CURSOS DE CAPACITAÇÃO E SEMINÁRIOS VIRTUAIS PARA MANTER A ADVOCACIA ATUALIZADA.

A CAIXA DE ASSISTÊNCIA REESTRUTUROU AS SALAS DA ADVOCACIA SEGUINDO OS PROTOCOLOS DE SEGURANÇA

APARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DOS ESCRITÓRIOS COMPARTILHADOS PARA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS VIRTUAIS



NOS ACOMPANHE NAS REDES SOCIAIS

   @OABALAGOAS

WWW.OAB-AL.ORG.BR

POLUIÇÃO

Empresa que mal começou a operar já foi notificada pela Prefeitura

BRK é autuada por transformar avenidas em "mar de esgoto"

A empresa BRK Ambiental, que começou a operar em julho na Grande Maceió, já foi autuada por lançamento irregular de esgoto. Equipes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (Sedet) flagraram o despejo na Jatiúca, Prado e no Centro da capital.

Até o momento foram emitidos três autos de infração contra a concessionária. Segundo o secretário adjunto de Meio Ambiente, Ismar Macário, os pontos identificados eram de domínio da Companhia de Saneamento de Alagoas (Casal) e agora são de responsabilidade da BRK.

"A empresa foi autuada e notificada e deve apresentar um plano para compensar os danos ambientais causados", disse. Durante atividade de monitoramento no bairro da Jatiúca, na Avenida Doutor Antônio Gomes de Barros, a equipe de fiscalização constatou o transbordamento de esgoto em poços de visita da rede de saneamento.



Lá, o efluente que deveria prosseguir até a Estação Elevatória de Esgoto (EEE) Conjunto Castelo Branco está caindo na rede de drenagem da região. No bairro do Prado, a equipe identificou um rompimento na tubulação de esgoto da Avenida Assis Chateaubriand, resultando no lançamento de esgoto bruto na faixa de areia da Praia da Avenida, próximo ao emissário submarino.

Outro vazamento de esgoto em via pública da capital foi registrado no bairro do Centro, na Rua Cincinato Pinto. Nesse caso, foi detectado que o efluente está percorrendo a linha de drenagem com destino à Lagoa Mundaú. O secretário reforça que o não cumprimento das exigências implicará na aplicação das sanções previstas no Código Municipal do Meio Ambiente de Maceió e na legislação ambiental vigente.

COPIA E COLA

Produto poderá ser entregue aos postos sem passar por distribuidoras

MP de Bolsonaro sobre combustíveis é inspirada em projeto de JHC

O presidente Jair Bolsonaro assinou na quarta-feira (11), em cerimônia no Palácio do Planalto, medida provisória (MP) que autoriza a venda de etanol por produtores ou importadores diretamente aos postos de combustíveis. O ato dispensa a intermediação de empresas distribuidoras, que era obrigatória e passa a ser facultativa, incentivando novos arranjos de negócios.

Mas o que não foi dito é que a medida provisória sobre o tema foi inspirada no projeto do ex-deputado federal e atual prefeito de Maceió, JHC. Bolsonaro tem reclamado do preço dos combustíveis e acredita que a MP pode ajudar a reduzir os valores gastos pelos brasileiros na hora de abastecer, ao menos para aqueles que usam o etanol.

Os combustíveis pressionam a inflação e as eleições estão logo ali. "A iniciativa propicia maior eficiência logística, com benefícios diretos aos consumidores, e maior competitividade ao setor. Ainda melhora o ambiente regulatório e trata de



aspectos tributários do setor de combustíveis automotivos", diz o Planalto.

Na cerimônia, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, disse que o consumidor precisa ser devidamente informado sobre os diferentes produtos e serviços oferecidos pelos postos. "Hoje, estamos avançando no aprimoramento do mercado de combustíveis e, com os ministérios da Economia e da Agricultura, demos um passo importante em benefício do consumidor", afirmou o ministro.



ACESSE:

PARTICIPA.MACEIO.AL.GOV.BR

E PARTICIPE.



Cidade de Todos Nós

CONFIRA O PASSO A PASSO



Braskem
explica...

Acompanhe na TV, rádio, jornal, internet e no seu WhatsApp as ações que estão sendo feitas nos bairros de Maceió.

...a atuação do técnico social no apoio às famílias e comerciantes da área de desocupação.

As famílias que ingressam no Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação recebem atendimento individualizado de um técnico social.

Desde a primeira visita ao imóvel que será desocupado, é ele quem identifica as necessidades dos moradores, ajuda a reunir a documentação necessária para a mudança e para receber os auxílios financeiros previstos no Programa.

O técnico social também orienta sobre serviços disponíveis para o animal de estimação e o atendimento psicológico aos moradores.

Já os comerciantes e empresários contam com técnicos sociais exclusivos para tirar dúvidas no levantamento de informações e documentos – que podem ser diferentes, dependendo do porte e da natureza de cada negócio. Para o transporte de mobiliário, equipamentos e até estoques, comerciantes e empresários também recebem apoio dos técnicos sociais. A mudança é sempre paga pelo Programa.



A equipe de técnicos sociais é formada por diversos profissionais, como assistentes sociais, psicólogos, engenheiros e arquitetos



Técnicos sociais atuam na identificação dos imóveis, na mudança e na orientação dos serviços disponíveis

O Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação continua avançando:

Já são cerca de **8300** propostas apresentadas

com aceitação de **99,7%**

e mais de **1,2 bilhão** pago em indenizações, auxílios financeiros e honorários de advogados.

Quer saber mais?

●●●
Acesse o site
braskem.com.br/alagoas

●●●
Entre no nosso WhatsApp:
82 99973-7161



●●●
0800 006 3029 ou
0800 954 1234
De segunda a sexta, das 8h às 18h (exceto feriados).
Ligações gratuitas, inclusive de celulares.

Braskem

BRIGA POR DINHEIRO

Caso já foi denunciado à OAB e ao MPF; Jane encontra-se no Hospital Ulysses

Irmãos internam Jane Cigana à força após recebimento de herança

O Movimento Caras Pintadas denunciou às autoridades competentes o crime de intolerância religiosa na qual a vítima é uma praticante de religião de matriz africana em Maceió. A ex-vereadora suplente Jane de Nazaret Costa Magalhães, de 57 anos, mais conhecida como Jane Cigana, vem sofrendo discriminação por parte do ex-companheiro Maurício Marcelino dos Santos e de familiares. Ela, que se declara umbandista, foi alvo de internamento compulsório psiquiátrico no Hospital Ulysses Pernambucano no dia 24 de julho, isso tudo após o falecimento do pai, um respeitado médico de Alagoas. Além de intolerância religiosa, a internação teria outro motivo: a herança.

“Por entendermos que sua declaração de fé e sua prática religiosa estão garantidas como Direito através da CF/88 e demais Leis complementares e, sua declaração de fé e prática religiosa não devem, nem podem ser consideradas como sintomas de problemas psiquiátricos, a Senhora Jane Magalhães se vitimada por seus familiares, tendo a Intolerância Religiosa motivado e incentivado os mesmos a tal prática”, denunciaram o integrante do movimento Raudrin de Lima e o representante do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE-AL) Antônio Fernando da Silva.



“Entendendo ainda que a Liberdade de culto é matéria coletiva, nós religiosas/os da Matriz Africana desta sociedade alagoana que vivemos em perfeita consonância com as normas estabelecidas pelo Estado brasileiro solicitamos a intervenção do Ministério Público para que sejam averiguadas as informações que compartilhamos e

possam ser tomadas as providências cabíveis de acordo com a competência do Estado”, destacou o documento encaminhado à Ordem dos Advogados do Brasil, em Alagoas (OAB-AL).

O A Notícia teve acesso aos áudios do ex-companheiro de Jane Cigana, que comprovam o crime de intolerância. “A família já está man-

dando uma equipe agora. Acho que é segunda ou terça-feira pra tirar aquelas coisas tudinho da casa. Jogar tudo fora aquelas imagens, derrubar aquela casinha que ela fez lá. Vai pintar de cor normal, cor branca, cor ... vai providenciar imagem de Nossa Senhora para botar lá. No lugar daqueles santo tudinho imagético de Nossa Senhora”.

FAMÍLIA TRADICIONAL

Jane Cigana é uma das herdeiras; irmãos aprovam internação

Internação aconteceu após morte do médico Meroveu Silva

Jane Cigana é de família tradicional e filha do médico Meroveu Silva Costa, recém falecido, que deixou como herança, uma cobertura na praia da Ponta Verde e casa de praia na Ilha da Croa. A internação, aprovada por um filho e outros herdeiros, seria para ela não ter acesso ao dinheiro deixado pelo falecido. Hédio Silva, jurista, ativista do movimento negro e um dos melhores advogados da América Latina, ouviu os áudios e alegou que a internação deveria suspensa e que os parentes autuados. “Essa medida coercitiva é passível de danos morais. A liberação dela é que vai comprovar que a internação foi compulsória”, declarou.

“O Movimento “Todos Somos Jane Cigana”, formado por movimentos da sociedade civil organizada, partidos políticos e personalidades, se mobiliza a nível nacional, para ações eficazes para garantir a Cidadania e a liberdade de Jane Cigana. As organizações garantem que esta semana que se aproxima vai ser decisiva, com ações no ordenamento jurídico, que vai garantir que a constituição e o estado democrático brasileiro, com suas instituições responsáveis pelas garantias de direitos, sejam provocadas, para efetiva solução, da cruel situação a que Jane Cigana foi submetida. Jane Cigana, você não está só, homens e mulheres de bem de Alagoas e do Brasil, estão do seu lado e irão lutar pelos seus direitos de ter a garantia de ser resguardado sua Cidadania e direitos fundamentais da pessoa humana”, declarou Raudrin Lima.

ABSURDO!

Ex-companheiro diz que internação é para afastar Jane da Umbanda

Áudio comprova intolerância religiosa: “Vamos trocar imagens por Nossa Senhora”

Em outro áudio é revelado que Jane Cigana nunca teve um Laudo Psiquiátrico expedido que justifique a internação e que alegasse incapacidade. A internação aconteceu sem surto e sem histórico. O ex-companheiro apenas informou que Jane afirmava ser Cleópatra para justificar problemas psiquiátricos: “Ela pegou isso depois que ela se juntou com aquele rapaz lá, né? Conheceu aquela cabra lá do mercado que

mexia com isso e achava bonito porque viajavam juntos e ela ia toda bem arrumada pra visitar as casas de xangôs, né e tudo, junto com ele. Aonde chegava era respeitada, disse que era a rainha. Por sinal ela tem até umas fotos de quando andava com ele, né? Bem vestida, parecia uma Cleópatra. Ela dizia que era Cleópatra também, então era fantasia dela, né?”.

Maurício ainda afirmou que o que leva a família internar Jane e

quebrar seu elo com sua espiritualidade é a ação de terceiros, que, supostamente a estavam ludibriando e, aplicando golpe de estelionato. “Se a senhora Jane Magalhães apresentava anteriormente um déficit cognitivo como posto em alguns relatos ou problemas psiquiátricos que a fazem viver no mundo das ideias, por qual razão só agora após a morte de seu pai e às vésperas do recebimento de uma herança a família

busca a internação sem laudo prévio? Por qual motivo e razão, o senhor Maurício mantinha ainda relação, mesmo que a distância com a Jane e, buscava monitorar seus horários, assim como suas contas bancárias e, ainda, por qual viés essas questões levam a destruir em Jane sua conexão com o Sagrado?”, questionaram os denunciadores.

O caso também já chegou ao Ministério Público Federal.

CPI DA COVID

Alagoano diz que presidente poderá estar entre os indiciados

Renan estuda propor indiciamento de Jair Bolsonaro por curandeirismo

O relator da CPI da Covid, Renan Calheiros (MDB-AL), estuda incluir em seu relatório o pedido de indiciamento do "presidente e agentes públicos" por uma série de crimes, como curandeirismo e corrupção passiva. O relatório deve ser entregue em "meados de setembro", de acordo com Renan.

Em um estudo preliminar do gabinete do relator a que o GLOBO teve acesso, são listados os seguintes crimes previstos para o "presidente e agentes públicos": o crime de causar epidemia, curandeirismo, infração de medida sanitária preventiva, advocacia administrativa e corrupção passiva.

Já empresas devem sofrer um pedido de indiciamento por publicidade enganosa e corrupção ativa.

O estudo foi feito como um preparativo para o depoimento desta quarta-feira, do empresário Jailton Batista, da Vitamedic, empresa que vendeu medicamentos ineficazes para Covid-19.

Em outros estudos do gabinete do relator, há a análise ainda de outros tipos penais, como a prevaricação em relação ao caso da vacina indiana Covaxin, em que o presidente foi avisado de irregularidades no contrato.

— Os tipos penais serão crimes comuns, crimes de responsabilidade, crimes contra a saúde pública, crimes contra a humanidade. Isso a investigação vai caracterizando — disse Renan.

Questionado sobre se os pedidos de indiciamento vão incluir o presidente Jair Bolsonaro, disse que "provavelmente".

Na sessão desta quarta-feira, o senador Humberto Costa (PT-PE) disse que já conversou com o relator e que ele irá pedir o indiciamento do presidente por curan-

deirismo.

— Eu já falei com o Relator e eu sei o que ele vai fazer. Ele vai indiciá-lo (Bolsonaro) pelo descumprimento do Código Penal, no

art. 284: prescrever, ministrar ou aplicar qualquer substância com o discurso de que é milagrosa ou infalível. Vai ser indiciado, sim. Tenho certeza, tenho convicção.



ATRAS DAS GRADES

O ex-deputado foi preso no âmbito da investigação sobre suposta organização criminosa

Polícia Federal prende ex-deputado Roberto Jefferson, um dos aliados de Jair Bolsonaro

A Polícia Federal (PF) prendeu na manhã desta sexta-feira, 13, o ex-deputado e presidente nacional do PTB, Roberto Jefferson. O mandado é de prisão preventiva, no qual não há prazo estipulado para acabar e a autorização partiu do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Além da prisão, a PF ainda faz buscas na casa do ex-deputado, para apreender armas, munições e aparelhos eletrônicos. Jefferson é aliado do presidente Jair Bolsonaro.

O ex-deputado foi preso no âmbito da investigação sobre suposta organização criminosa, "de forte atuação digital, com a nítida finalidade de atentar contra a Democracia e o Estado de Direito" - o chamado inquérito das milícias digitais, aberto em julho. Alexandre de Moraes fundamentou a ordem de custódia na "garantia da lei e da ordem" e na "conveniência da instrução criminal".

O ministro do STF considerou que foi "inequivocamente demonstrados nos autos os fortes indícios de materialidade e autoria" dos crimes de calúnia, difamação, injúria, incitação ao crime, apologia ao crime ou criminoso, associação criminosa, denúncia caluniosa, além de delitos previstos na Lei de Segurança Nacional e no Código Eleitoral.

De acordo com o relator do inquérito das milícias digitais, Roberto Jefferson se manifesta "contra as instituições democráticas, proferindo diversas ameaças, em especial o Supremo Tribunal Federal". Moraes registra que o presidente do PTB "pediu o fechamento do STF, a cassação imediata de todos os ministros para acabar com a independência do Poder Judiciário, incitando a violência física contra os ministros, porque não concorda com os seus posicionamentos".



"A reiteração dessas condutas, por parte de Roberto Jefferson Monteiro Francisco, revela-se gravíssima, pois atentatória ao Estado Democrático de Direito e às suas

Instituições republicanas. A Constituição Federal não permite a propagação de ideias contrárias à ordem constitucional e ao Estado Democrático, nem tampouco a real-

ização de manifestações nas redes sociais visando ao rompimento do Estado de Direito, com a extinção das cláusulas pétreas constitucionais - Separação de Poderes, com a consequente instalação do arbítrio", registra Moraes em sua decisão.

O ministro do STF cita ainda um pronunciamento recente em que o presidente do PTB "novamente atentou contra a democracia", sendo que seu discurso foi alinhado com o do presidente Jair Bolsonaro, com alegações sem provas sobre fraudes nas urnas eletrônicas e defesa do voto impresso, já declarado inconstitucional pelo STF. Moraes ressaltou o vídeo do discurso estava vinculado às redes sociais do PTB e foi amplamente divulgado. Nesse contexto, o ministro considerou que era "nítido objetivo de tumultuar, dificultar, frustrar ou impedir o processo eleitoral, com ataques institucionais ao Tribunal Superior Eleitoral e ao seu presidente".

POLÊMICA

O ex-presidente da Câmara disse ainda que não vai ser fácil aprovar a PEC

'PEC dos Precatórios iguala calote de Bolsonaro ao de Collor', diz Maia

A chegada conjunta da proposta de emenda constitucional que parcela o parcelamento dos precatórios e a medida provisória que reformula o Bolsa Família, com um novo nome, "Auxílio Brasil", mas sem valor definido, define o presidente Jair Bolsonaro, na opinião do ex-presidente da Câmara, Rodrigo Maia (sem partido-RJ), como uma reedição do confisco promovido pelo ex-presidente Fernando Collor de Mello em 1990. "Não tem outro nome para isso. É um calote, igual ao de Collor", diz.

Maia reconhece o apelo que o aumento no valor do benefício terá sobre os parlamentares, mas diz que uma parte importante dos precatórios é destinada ao pagamento de pensões alimentícias e de reajustes de salários atrasados. E que, por isso, não será fácil aprovar a PEC. O presidente foi à Câmara dos Deputados levar as duas pro-

postas como se estivessem casadas, mas muitos na Casa reconhecem que será muito mais fácil aprovar a MP com o novo valor do benefício do que a PEC que posterga o pagamento dos precatórios.

"É difícil para o deputado abrir mão da prerrogativa do cidadão de receber por decisão da justiça que reconhece seus direitos, mas também é complicado ficar contra um reajuste no Bolsa Família", diz a deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC). A soma das dificuldades potencializa o risco embutido na nova investida do governo para melhorar a popularidade presidencial, a de que passe apenas a medida que imporá maior gasto, aumentando a pressão fiscal. "É essa pressão que está jogando o reajuste do benefício pra cima. Isso em impacto no juro, na inflação e no câmbio. No final todo mundo paga a conta, principalmente aqueles



para quem o custo do alimento pesa mais na renda", diz Maia, ao

mostrar os dados que demonstram a redução, para a metade, na última

década, da relação entre o salário mínimo e a cesta básica.

BRASÍLIA

Presidente da Câmara pode ter dado tiro no pé ao dar sobrevida à questão do voto impresso

Lira é pressionado após Bolsonaro descumprir acordo diante de derrota

Horas após a rejeição da PEC do voto impresso, Jair Bolsonaro voltou a questionar a lisura das urnas eletrônicas e deixou sob pressão Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara dos Deputados. Líder do centrão, Lira colocou a proposta em votação na terça (10) dizendo ter obtido um compromisso do presidente da República de que respeitaria a decisão do plenário da Casa. Bolsonaro, porém, manteve a retórica golpista já no dia seguinte, provocando cobranças de parlamentares sobre a conduta do presidente da Câmara — que já enfrenta há meses pressão para a análise de algum dos mais de cem pedidos de impeachment do chefe do Executivo.

Pauta bolsonarista, a PEC do voto impresso foi rejeitada ao obter 229 votos favoráveis e 218 contrários, além de uma abstenção. Eram necessários 308 votos para aprovar a proposta. Lira disse que a decisão do plenário enterra a discussão, discurso endossado pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG). Bolsonaro, porém, manteve seus questionamentos à confiabilidade das eleições e ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral), semelhantes aos que já haviam escalado a crise entre os Poderes nas semanas anteriores.

"Números redondos: 450 deputados votaram ontem [terça-feira]. Foi dividido, 229 [a favor], 218 [contra], dividido. É sinal que metade não acredita 100% na lisura



dos trabalhos do TSE. Não acredito que o resultado ali no final seja confiável", disse Bolsonaro nesta quarta (11) em conversa com apoiadores. "Hoje em dia sinalizamos uma eleição... não é que está dividida. Uma eleição onde não vai se confiar no resultado das apurações", completou o presidente.

Na quarta, Lira ouviu questionamentos de aliados que o haviam alertado sobre o risco de confiar na promessa do presidente. Esses parlamentares e dirigentes de

partidos de centro dizem acreditar que a votação em plenário pode ter sido um tiro no pé ao ter exposto deputados que tiveram de contrariar suas bases eleitorais, mesmo sem garantia de que a narrativa de Bolsonaro seja encerrada. "O placar real é de 282 contra o voto impresso e 229 a favor", disse à Folha o presidente do DEM, ACM Neto, ao computar as 64 ausências que, na prática, deixaram de endossar a pauta bolsonarista. "O presidente da Câmara não devia ter levado isso

para plenário porque normalmente os pareceres de PEC são definitivos.

"ACM se refere ao fato de a proposta ter sido rejeitada na comissão especial que tratou do tema. Apesar disso, Lira resolveu levar o tema para o plenário sob o argumento de que era preciso uma posição de todo o colegiado dos deputados. No TSE, a avaliação de ao menos dois ministros é a de que o presidente da República seguirá na toada de questionamentos às urnas e críticas a magistrados".